Número	Data
30093	01-06-2006
Processo	
Nº de Contribuinte	
5130004001	
Cód. Assunto	Origem
	40/01

Exmos. Senhores

Subdirectores-Gerais
Directores de Serviços
Directores de Finanças
Chefes de Finanças
Coordenadores das Lojas do Cidadão
Coordenador do CAT

ASSUNTO: Manual de operações de início de actividade.

Tendo em vista a necessária uniformidade de procedimentos e em cumprimento do Despacho do Senhor Subdirector-Geral dos Impostos, substituto legal do Senhor Director-Geral dos Impostos, de 2006-05-29, divulga-se, para cumprimento no que nele está estabelecido, o Manual de operações de início de actividade, devendo, ainda, atender-se a que:

1. Assume especial relevância o momento em que o contribuinte declara o início de actividade e pretende-se que a relação entre o sujeito passivo e a Administração Tributária seja transparente e que sejam reduzidos ao mínimo as obrigações do contribuinte, permitindo, no entanto, a necessária segurança jurídica e fiscal do novo relacionamento.
2. Porque, por vezes, nesse primeiro contacto têm surgido dificuldades no correcto enquadramento das situações tributárias, quer no que respeita a uma boa aplicação das normas tributárias, quer ainda no que respeita ao cumprimento das várias formalidades, sentiu-se a necessidade de elaborar um Manual de Operações “Início de Actividade” que corresponda às expectativas daqueles que no dia a dia se confrontam com esses problemas e que contribua para a clarificação e para a uniformização dos procedimentos, tanto para a Administração Tributária como para os sujeitos passivos.
3. Estando em vias de ser aprovada a nova declaração de início de actividade, entendeu-se ser este o momento ideal para proceder à divulgação do referido manual, que se espera vir a ser um instrumento útil de trabalho devendo, no entanto, atender-se a que as instruções referentes aos novos quadros e campos mencionados no Manual apenas se aplicarão quando a nova declaração estiver em vigor.

4. O Manual ficará disponível na Internet e será acessível a todos os utilizadores; por outro lado, estará sujeito a actualizações, sempre que assim se justifique, com divulgação obrigatória através de ofício-circulado.
5. Os utilizadores encontrarão, além de instruções de preenchimento, a referência à legislação aplicável, a indicação de ligações úteis, de modo a facilitar o cumprimento das suas obrigações tributárias e um capítulo destinado às “Dúvidas frequentes” em que se encontram analisadas, entre outras, as seguintes questões:
 - a) O regime simplificado e o regime de contabilidade organizada. A anualização dos proveitos relativamente ao IRC e IRS;
 - b) O enquadramento fiscal das áreas urbanas de génese ilegal;
 - c) Os tipos de sujeitos passivos que podem ser enquadrados no regime simplificado;
 - d) Os não residentes, referindo-se aqui a obrigatoriedade de os “não residentes” detentores de imóveis, em que existe presunção de rendimentos nos termos do artigo 51.º, n.º 2 do código do IRC, terem de entregar declaração de inscrição no registo.
6. Ainda na sequência das medidas de prevenção contra a fraude sublinha-se a importância das notas constantes do item “Procedimentos Gerais”.

Com os melhores cumprimentos,

O SUBDIRECTOR-GERAL DOS IMPOSTOS,

(Manuel Prates)

Anexo - [Manual de operações de início de actividade.](#)